



## URBANIZAÇÃO INTERSECCIONALIZADA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Helena Rizzatti <sup>1</sup>

### RESUMO

O texto propõe o entendimento da urbanização interseccionalizada a partir da cidade de Ribeirão Preto localizada no interior do estado de São Paulo. Busca-se mostrar como a análise interseccional traz importantes elementos para a reflexão sobre a produção do espaço urbano. Para isso, compreendemos que o sistema capitalista-racista-patriarcal se reproduz por meio da urbanização corporativa na qual é necessário agregar algumas especificidades que reproduzem as desigualdades de gênero e raça junto às de classe social. Com esse intuito, elaboramos uma periodização desse processo de urbanização com ênfase na análise das mudanças nas políticas urbanas, com destaque para as políticas habitacionais, e nas relações laborais que, de modo geral, reproduzem essas desigualdades estruturais da formação socioespacial brasileira. Assim, foram definidos quatro períodos de urbanização. Tal proposta poderá auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas na área, assim como, na elaboração de políticas urbanas que reduzam a reprodução dessas desigualdades por meio da produção do espaço urbano.

**Palavras-chave:** urbanização, interseccionalidade, Ribeirão Preto.

### RESUMEN

El texto propone una comprensión de la urbanización interseccionalizada de la ciudad de Ribeirão Preto ubicada en el interior del estado de São Paulo. Busca mostrar cómo el análisis interseccional aporta elementos importantes para la reflexión sobre la producción del espacio urbano. Para ello, entendemos que el sistema capitalista-racista-patriarcal se reproduce a través de la urbanización corporativa en la que es necesario agregar algunas especificidades que reproducen las desigualdades de género y raza junto con las de clase social. Para eso, elaboramos una periodización de este proceso de urbanización con énfasis en el análisis de cambios en las políticas urbanas, con énfasis en las políticas de vivienda, y en las relaciones laborales que, en general, reproducen estas desigualdades estructurales en la formación socioespacial brasileña. Así, se definieron cuatro periodos de urbanización. Tal propuesta busca ayudar en el desarrollo de nuevas investigaciones en el área, así como en la elaboración de políticas urbanas que reduzcan la reproducción de estas desigualdades por medio de la producción de espacio urbano.

**Palabras clave:** urbanización, interseccionalidad, Ribeirão Preto.

---

<sup>1</sup> Doutora pelo curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), [helena.rizzattifonseca@gmail.com](mailto:helena.rizzattifonseca@gmail.com)



## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

O artigo propõe analisar o processo de urbanização interseccionalizada na cidade de Ribeirão Preto desde seus primórdios, na década 1880, até os dias atuais. Para tal, conectaremos a compreensão sobre as desigualdades de gênero, raça e classe social que se dão de maneira imbrincada situando que a urbanização, nesse município, se constituiu de forma corporativa e interseccionalizada. Relaciona-se, assim, três pilares que estruturam tal processo: a urbanização corporativa (Santos, 2008), a segregação racial (Sodré, 2002; Paterniani, 2019) e a organização generificada do espaço urbano (Helene, 2019).

Entender a interseccionalidade reproduzida por meio, também, do processo de urbanização é situar como as históricas desigualdades de gênero e raça foram articuladas com as desigualdades de classe social, sem hierarquizar para um lado ou para outro. Dessa maneira, o texto vai mostrar como a análise interseccional traz importantes elementos para a reflexão sobre o espaço urbano. Nesse sentido, situaremos no texto algumas questões históricas, sociais e espaciais que cercam tanto a questão de gênero, a partir de uma leitura sobre o patriarcado, quanto a questão racial, a partir da leitura sobre a herança escravista, e como se inter-relacionam. Em ambas as análises daremos ênfase nas políticas urbanas, com destaque para as habitacionais, e nas relações laborais para compreender como essas desigualdades de raça, classe social e gênero foram se atualizando e, assim, se mantendo durante todo o processo de urbanização.

A cidade de Ribeirão Preto/SP se localiza a 330 quilômetros da capital do estado de São Paulo e é a terceira maior cidade em contingente populacional (711.825, estimativa IBGE/2020<sup>3</sup>) do respectivo estado (com exceção dos municípios que conformam a Região Metropolitana de São Paulo). A partir desse município apresentaremos como as políticas urbanas e as relações trabalhistas instituídas no decorrer da sua urbanização (1880-2020) mantém e renovam esses três pilares que reproduzem a desigualdade socioespacial de maneira interseccional.

Para isso, a primeira parte do artigo retomará a metodologia realizada, os fundamentos teóricos que darão base para a análise com destaque para os conceitos de urbanização corporativa, nó gênero-raça-classe e interseccionalidade na formação

---

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processo n. 140553/2017-7.

<sup>3</sup> <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/ribeirao-preto.html> - Acessado em 18/06/2021.



socioespacial brasileira. Na sequência apresentar-se-á a periodização da urbanização interseccionalizada de Ribeirão Preto/SP.

## **METODOLOGIA**

Para realizar essa pesquisa o caminho meteológico percorrido foi, principalmente, a revisão bibliográfica de um conjunto considerável de pesquisas que tratam da formação social e socioespacial brasileira e da urbanização ribeirão-pretana. Ademais, consultou-se o acervo do Arquivo Municipal de Ribeirão Preto em busca de suprir algumas lacunas, o que nem sempre foi possível de ser feito, posto que, a especificação de dados populacionais diferenciados por raça, cor e gênero não são uma constante do poder público municipal. Realizaram-se, também, mapeamentos da cidade, a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010, do qual partimos para refazer o processo de urbanização com ênfase nas desigualdades de raça, classe social e gênero por meio da retomada das políticas urbanas municipais, com destaque para as políticas habitacionais, e pelas normas que inflingiram nas relações trabalhistas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para compreender a constituição do sistema capitalista-racista-patriarcal a partir do espaço geográfico considera-se a sobreposição das divisões social, sexual e racial do trabalho, posto que, o território é “objeto de divisões do trabalho sobrepostas” (Santos & Silveira, 2001, p. 290). Tais divisões mantém até hoje desigualdades laborais, entre outros elementos, refletidas nas diferenças salariais e nos tipos de trabalhos “destinados” às mulheres e à população negra, majoritariamente, menos valorizados por esse sistema (Federici, 2017). Para pensar a reprodução dessa desigualdade na formação social brasileira nos baseamos em Gonzalez (2020) e Saffioti (2015) que apontam a necessidade de interseccionalizar as desigualdades de raça, classe e gênero para compreender a sociedade brasileira. Lélia Gonzalez (2020) explica a partir do racismo e do sexismo a situação da mulher negra no Brasil – herança do sistema escravista que se manteve no país como pilar da manutenção dessas desigualdades, inclusive quanto às relações de classe social. A autora (2020) propôs, assim, uma análise interseccional antes de tal termo ser cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989). Enquanto Heleith Saffioti (2015) elaborou a ideia do nó como uma analogia para pensar o que nomeamos aqui como interseccionalidade. A autora (2015) aponta que tratar-se-ia de um “nó frouxo” no qual



essas desigualdades, sempre interrelacionadas, se alteram, ganham especificidades, de acordo com o contexto e a conjuntura social analisadas.

A constituição e reprodução do sistema capitalista-racista-patriarcal (Federici, 2017; Akotirene, 2019) na formação socioespacial brasileira (Santos, 2008) se calca, em grande medida, na constituição da Lei de Terras (n. 601), de 1850, na qual "o processo de expansão e regulamentação da posse da terra a partir da suspensão das sesmarias até a Lei de Terras é também um processo de racialização: ao posseiro tornado latifundiário, o embranquecimento; ao posseiro expropriado, o enegrecimento." (Paterniani, 2019, p. 99-100; Rolnik, 1989); na definição excludente de cidadania instituída pela Constituição Brasileira, de 1824, onde apenas homens, maiores de 25 anos e com renda líquida anual acima de cem mil réis eram considerados cidadãos (Schwarcz, 2019); e na abolição da escravização da população negra, em 1888, sem a implantação de políticas restaurativas e de integração e com a substituição da mão-de-obra escravizada pela migrante (Fernandes, 2008). Essas legislações denotam a branquitude do Estado (Paterniani, 2019) e o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2002) instituídos na sociedade brasileira e reproduzidos, também, por meio do processo de urbanização.

Quanto a este processo, nos apoiamos na proposta de Milton Santos (2008) que o define como corporativa por atender aos interesses das corporações em detrimento das necessidades de grande parte da população, principalmente da classe trabalhadora, e que conta com a coadunação do Estado. Essas importantes características que marcam a urbanização brasileira se sustentam, na escala intraurbana, principalmente por meio da especulação imobiliária que leva à constante ampliação do perímetro urbano com manutenção de "vazios urbanos" reproduzindo, em grande medida, as desigualdades forjadas pelas classes sociais através do uso do território (Santos & Silveira, 2001).

De maneira concomitante se perpetua a segregação racial, posto que, as classes sociais de rendas mais baixas são majoritariamente negras, devido às características da formação socioespacial brasileira, e são as mais prejudicadas pela urbanização corporativa como alguns autores/as vem demonstrando para diferentes cidades do país (Sodré, 2002; Chalhoub, 1996; Ratts, 2016; Rolnik, 1989). Assim, desde o chamado planejamento "higienista"<sup>4</sup>, que marca as ações do Estado no espaço urbano entre o final

---

<sup>4</sup> O chamado planejamento "higienista" deveria, mais prontamente, ser adjetivado por racista como os estudos têm apontado sobre as intenções não declaradas de remoção e destruição dos lugares de residência, encontro e celebração da população e da cultura negra (Sodré, 2002; Chalhoub, 1996; Paterniani, 2019).



do século XIX e início do século XX, até as mais recentes remoções incentivadas pela instituição do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida e pelos grandes eventos que marcaram a década de 2010 em diferentes cidades do país, inclusive em Ribeirão Preto, nota-se a reprodução da urbanização corporativa e interseccionalizada.

Por fim, destaca-se a manutenção da organização generificada do espaço urbano (Helene, 2019). Esse termo busca demonstrar como a associação dicotômica feita desde os primórdios do sistema capitalista-racista-patriarcal entre espaço público e trabalho “produtivo” e espaço doméstico e trabalho “reprodutivo”<sup>5</sup> amplia as desigualdades de gênero através da urbanização. Ou seja, a constante separação entre as residências, associadas aos trabalho “reprodutivo/doméstico”, e os locais de realização do trabalho “produtivo” é um dos elementos que amplia a sobrecarga das mulheres, reproduzindo as desigualdades de gênero, através do espaço urbano. E isso se agrava no caso das mulheres negras que residem, em grande medida, nas periferias urbanas.

É importante, entretanto, lembrar que as políticas urbanas que sustentam essas desigualdades nem sempre podem ser visualizadas separadamente. Como escrevem Flávia Biroli & Luís Felipe Miguel (2015, p. 50) “(...) é necessário frisar que as opressões *são estruturais* e o esforço de investigação é entender como se dá o funcionamento conjunto de estruturas de desigualdades que têm origens que não se resumem a uma única raiz comum”. Ou seja, não é possível “visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua co-presença” (idem, p. 47).

Assim, ao analisar o processo de urbanização da cidade de Ribeirão Preto/SP nota-se como esses três fenômenos que estruturam a urbanização interseccionalizada se mantêm desde os primórdios da cidade até os dias atuais (Rizzatti, 2020).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no referencial teórico apresentado, elaboramos uma proposta de periodização da urbanização interseccionalizada da cidade de Ribeirão Preto/SP. Para isso, consideramos que “períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica,

---

<sup>5</sup> Entendemos trabalho “reprodutivo” como as atividades necessárias para a reprodução da vida, não remuneradas e feitas principalmente, mas não só, no espaço privado/doméstico; e o trabalho “produtivo” relacionado às atividades remuneradas que ocorrem no espaço público, mas não se restringem a ele (Sabaté, *et al.*, 1995; Federici, 2019). O uso de aspas se deve à visão crítica a essa separação, posto que, o trabalho reprodutivo também é produtivo.



com a manutenção das estruturas” (Santos, 2013, p. 70), constituindo-se períodos baseados na política nacional, como as estruturas que mantêm cada um deles, e destacando-se as alterações das políticas urbanas e das relações trabalhistas, com ênfase, neste último, nos tipos de trabalho e nas desigualdades salariais.

No primeiro período, que data de 1880 a 1949, ocorre a implantação de parte considerável da infraestrutura urbana na área central do município em detrimento das áreas mais afastadas (Deminice, 2015) onde são, também, implantadas as atividades e serviços com os quais a burguesia local não queria conviver, como: cemitérios, cortumes, estações ferroviárias, indústrias, entre outros (Farias, 2003; Silva, 2008).

Nesse período contou no Segundo Código de Posturas Municipal de Ribeirão Preto, de 1902, que:

Ninguém poderá estar nas ruas, praças e outros lugares públicos senão decentemente vestido sob pena de multa de 20\$000 e ser recolhido a prisão por 24 horas (...) é proibido gritar, salvo para pedir socorro, bem assim fazer alarido, cantar pelas ruas ou lugares públicos e por qualquer modo perturbar o sossego público. (*apud* Demicini, 2015, p. 88-89).

Ora, a população escravizada até catorze anos antes da publicação deste documento, em 1902, possuía poucos recursos para portarem roupas que pudessem ser consideradas como ‘decentemente vestido’ para poder caminhar nas ruas, praças e lugares públicos. Trata-se de uma norma racista e classista. Adriana Silva (2008) conclui a partir da análise desse mesmo conjunto de leis que “a maior preocupação era com o embelezamento e saneamento da cidade (...). Neste sentido, proibiu a construção de estalagens e cortiços e com esta atitude, proibiu-se claramente a presença de pobres [e negros] dentro da área central” (p. 83). Soma-se a isso as políticas de demolição que “com justificativa de modernização, facilidade de fluxos e ampliação de espaços, todo o passado escravista era demolido” (p. 90). Heróis e fatos históricos foram apagados e reescritos.

Adentrando as questões relacionadas às políticas urbanas reprodutoras da organização generificada do espaço urbano, Adriana Silva (2008) relata como foi-se impondo nesse momento a ideia da família capitalista, composta por mãe, pai e filhos/as apenas, em detrimento das famílias estendidas que marcaram a vida do campo brasileiro. Além disso, incentivava-se a figura da mãe (mulher branca) como a ‘rainha do lar’ fomentando sua manutenção exclusivamente nos trabalhos do cuidado e da casa, pois nas



atividades realizadas previamente na produção agrícola, destacadamente nas lavouras de café, as mulheres também trabalhavam na terra (Rossini, 1998). Atividade esta que foi se perdendo com a vinda para a cidade e a regulamentação do trabalho dos colonos. Como consta em Silva (2008), o decreto de 1894 instituído por Bernardino de Campos, então governador do estado de São Paulo, sobre os trabalhos nos Núcleos Coloniais, “determinou o salário por dia de trabalho, sendo fixado o dobro para artesão e carpinteiros, ferreiros, pedreiros etc. (reforçando a importância dada às profissões urbanas), além do estabelecimento da jornada de trabalho (...), [e] impedimento de mulheres e crianças menores de doze anos no trabalho (...)” (Silva, 2008, p. 55).

No segundo período da urbanização interseccionalizada, entre as décadas de 1950 e 1960, destaca-se o fortalecimento do capital imobiliário e da agroindústria. Aquele incentiva a expansão do perímetro urbano por meio do loteamento de terras, que ocorreu em maior quantidade em toda a história da cidade na década de 1950, acompanhado pelo urbanismo rodoviário expresso, em grande medida, no plano viário instituído nos anos de 1960 e com boa parte tendo sido aplicado (Callil, 2003). Quanto às relações laborais se destaca o início da mecanização do campo com reduzido emprego da mão-de-obra de modo geral, mas majoritariamente das mulheres como aponta o longo estudo sobre a temática feita na região por Maria Ester Rossini (1998). Junto disso, ocorre a implantação do *campus* da USP para qualificação da mão-de-obra que tende a aumentar o valor desta, porém tal processo historicamente atinge em maior medida a população branca e masculina, ainda que não tenhamos dados oficiais desse elemento, a desigualdade salarial constatada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA (2019), dentre outros órgãos, se explica, dentre outros elementos, por essa seletividade calcada no racismo estrutural (Almeida, 2019).

O terceiro período da urbanização interseccionalizada em Ribeirão Preto, que ocorre nas décadas de 1970 e 1980, tem como importantes marcos a implantação de grandes conjuntos habitacionais no extremo norte da cidade, por meio do Banco Nacional de Habitacional (BNH) e da Companhia Habitacional de Ribeirão Preto (Cohab-RP), fundada em 1970. Essa política habitacional reproduziu conjuntamente a segregação racial concentrando a população de baixa renda, majoritariamente negra, nesses conjuntos grandes e distantes dos postos de trabalho atualizando a periferização urbana. Ao mesmo tempo que reproduziram a organização generificada do espaço urbano, pelo mesmo motivo, e também pelo grande número de conjuntos verticalizados que reduzem o espaço



doméstico dificultando a realização dos trabalhos “reprodutivos”, assim como, de trabalhos “produtivos” feitos no espaço doméstico, recurso amplamente efetivado pela população para complementação da renda familiar.

Ocorreu ainda da década de 1970 o Programa Nacional do Álcool – Proálcool, implantado em 1975, que, em meio a uma profunda crise econômica mundial (as chamadas crises do petróleo), incentivou a migração de mão-de-obra especializada para a pesquisa e desenvolvimento da tecnologia ao redor do etanol em Ribeirão Preto e região. E concomitantemente também de mão-de-obra não-qualificada para a produção de cana-de-açúcar, não só na cidade como na Região Administrativa de Ribeirão Preto (Baeninger *et.al.*, 2010).

Após quarenta anos de crescimento e dinamização do complexo agroindustrial ribeirão-pretano, com foco na produção da cana-de-açúcar e seus derivados, foi mantida uma intensa concentração da propriedade rural (Borin, 2011; Elias, 2003). Não haveria melhor lugar para a implantação desse programa, se o objetivo da modernização era a reprodução do capital de maneira rápida e concentrada. Assim, o “maior programa público mundial com vistas à produção de combustíveis alternativos” (Borin, 2011, p. 136; Elias, 2003) teve como principais consequências o aprofundamento da modernização conservadora. Como sintetiza André Luis Borin (2011), “O ‘desenvolvimento’ do país, figurado pelo Proálcool enquanto modelo econômico, concretizou-se somente na inserção do capital nos diversos setores produtivos e nas políticas governamentais para a elite, continuando – e até acentuando – o quadro de espoliação da maioria da classe trabalhadora” (p. 140). Tal espoliação se deu pela conexão entre o capital industrial e os proprietários rurais que expulsaram todo tipo de mão-de-obra preterida em troca do trabalhador volante, os chamados ‘boias-frias’. Esse processo afetou intensamente o espaço urbano, pois se incorporaram de maneira precária esses trabalhadores do campo às periferias urbanas (Baeninger *et. al.*, 2010).

Tal alteração tendeu a sobrecarregar, em grande medida, as mulheres que também compõe esse contingente de trabalhadores, pois residir na periferia urbana e trabalhar na área rural amplia ainda mais o desgaste cotidiano para atravessar essas distâncias e ainda realizar a segunda jornada de trabalho ao chegarem de volta às suas residências. Assim, como Rosa Ester Rossini (1998; 2014) aponta, tal processo afeta intensamente as mulheres, posto que elas voltam a ser incorporadas com maior intensidade na colheita da cana-de-açúcar. Porém, com suas residências localizadas nas periferias urbanas (cortiços,





favelas ou conjuntos habitacionais), sustentar a reprodução da vida (e da força de trabalho) através do trabalho “reprodutivo” e fazer o trabalho “produtivo” nas plantações de cana-de-açúcar é um enorme desafio. Desafio colocado pela organização generificada do espaço urbano.

Rossini relata que durante as safras da cana-de-açúcar “‘somem’ das cidades as empregadas domésticas, as lavadeiras, as faxineiras; “donas de casa” se assalariam no campo” (Rossini, 1998, p. 21). A partir dos trabalhos de campo realizados pela autora, nos anos de 1977, 1986 e 1995/96, as chefes de domicílios mulheres que trabalhavam nas plantações de cana sobem de 11,6%, em 1977, para 23,7%, em 1986, e atinge 34,8%, em 1995/96. Se contabilizadas as chefes de família com filhos (ou seja, que ambos compõem a renda domiciliar) os percentuais passam para 18,6%, 31,6% e 37,1%, respectivamente, para os anos de 1977, 1986 e 1995/96.

Por fim, no último e atual período da urbanização de Ribeirão Preto, que tem início da década de 1990 com o ingresso da política econômica neoliberal no país, damos destaque às ocupações de terras urbanas, nova estratégia de luta pela moradia que se institui nas principais capitais do país, nos anos 1980, e chega ao território ribeirão-pretano na década seguinte. Ainda que não seja exatamente a primeira ocupação desse tipo, no ano de 1996, se constitui o Jardim Progresso, a maior delas na cidade, hoje com grande parte regularizada. Um importante diferenciador dessa nova forma-conteúdo da periferia urbana é que ela disputa parcelas do espaço urbano mais bem localizadas do que onde foram implantados a maior parte dos conjuntos habitacionais que marcaram o período anterior.

Além disso, há uma importante presença das mulheres como lideranças desses movimentos (presença que não ocorre só a partir desse momento da luta por moradia no país. Embora seja difícil encontrar referências bibliográficas e dados comprovando essa característica, os estudos que vêm sendo realizados por todo o país, e na América Latina (Gago, 2020), sobre as desigualdades de gênero e a cidade apontam o protagonismo das mulheres nas diversas lutas urbanas: em favelas, conjuntos habitacionais, quilombos, loteamentos clandestinos e ocupações urbanas de imóveis e de terra (Helene, 2019; Simões, *et. al.*, 2017; Tavares, 2015); na economia popular, na organização de greves em novos formatos, entre outros (Gago, 2020). Nas palavras de Diana Helene (2019, p. 972):

[...] a presença feminina é tão superior nos movimentos de moradia que é facilmente percebida por contrastes visuais. (...) pode-se dizer que



quase 80% dos participantes são mulheres. Claudia Garcez, coordenadora estadual do MTST, afirma que 60% dos cargos de coordenação do MTST são compostos por mulheres.

Nas pesquisas em ocupações de terras urbanas de Campinas e Ribeirão Preto que vimos realizando, desde o ano de 2008, essa constatação também se confirma (Rizzatti, 2021a; Rizzatti, 2021b; Rizzatti, 2020).

Além desse fato que demonstra a capacidade de resistência da população periférica, destacamos na década de 2010 a implantação do programa federal Minha Casa, Minha Vida. Este segue a mesma lógica de produção do espaço urbano fomentado pelo BNH ainda que em menor escala, porém há um importante elemento instituído nesse programa para pensar as desigualdades de gênero: a preferência dada para que as mulheres sejam as proprietárias dos imóveis. Essa preferência ganha importante relevância por permitir uma maior autonomia das mulheres em caso de conflitos conjugais, posto que, elas são as principais responsáveis pela criação dos filhos e, para isso, a manutenção do domicílio em caso de separação ou conflito conjugal é uma importante segurança para a enorme responsabilidade de sustentar os trabalhos “reprodutivos”.

Sistematizamos, assim, os elementos principais da urbanização interseccionalizada na cidade de Ribeirão Preto desde seus primórdios, na década de 1880, até os dias atuais. Para isso, demos destaques às políticas urbanas, principalmente habitacionais, e as relações laborais que reproduziram e reproduzem as desigualdades de raça, classe social e gênero de maneira imbricada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta de periodização da urbanização de Ribeirão Preto que elaboramos nesse texto nos permite notar que há permanente afastamento entre residências e locais de trabalho por meio das políticas urbanas e habitacionais voltadas à população de baixa renda, majoritariamente negra. Assim como, nota-se a manutenção de postos menos qualificados para essa população e para as mulheres de modo geral.

Sem tentar fazer um recorrido de todos os elementos que compõem esse longo e complexo processo de urbanização, buscamos levantar pontos centrais para seu entendimento, principalmente considerando o desdobramento em escala nacional, ainda que com especificidades entre as cidades e os estados. Sistematizar tal processo pode



aprimorar a elaboração de políticas urbanas que reduzam, ou não reproduzam com tamanha intensidade, essas desigualdades interseccionalizadas através da produção do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coordenação Djamila Ribeiro. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** Coordenação Djamila Ribeiro. Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019.

BAENINGER, R.; *et al.* **Polos regionais:** São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto. Campinas: Núcleo de Estudos da População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia – Unicamp, 2010.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo:** Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Instituto de Psicologia, USP, 2002.

BIROLI, F. & MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez., 2015.

BORIN, A. A “nova” senzala é logo ali: ao lado da “Capital do Agronegócio”: lá nos fundos dos canaviais sertanezinhos. Dissertação (mestrado). FCHC, UNESP, 2011.

CALLIL Jr, O. **O centro de Ribeirão Preto:** os processos de expansão e setorização. Dissertação. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. USP, São Carlos, 2003.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril, cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRENSHAW, K. **Mapping the margins:** intersectionality, Identity Politics, and violence against women of color. Pp. 1241-1299, 1989.

DEMINICE, D. **A arte de construir cidades em meio à política local:** Ribeirão Preto, 1890-1960. Dissertação de mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura:** a região de Ribeirão Preto – SP. Edusp: São Paulo, 2003.

FARIAS, R. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1910):** o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina. Dissertação (mestrado). IFCH, UNICAMP, Campinas, 2003.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.



\_\_\_\_\_. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes:** o legado da raça branca, Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008 [1965].

FIGUEIRA, T. **Produção social da cidade contemporânea:** análise dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão do subsetor sul de Ribeirão Preto/SP. Dissertação, IAU, USP, São Carlos, 2013.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transforma tudo.** Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez, 2019.

PATERNIANI, S. Z. **São Paulo cidade negra:** branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese de doutorado. UNB, Brasília, 2019.

RATTS, A. A diferença negra e indígena no território: observações acerca de Fortaleza e do Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 12, p. 03-16, Jan./Jul., 2016.

RIZZATTI, H. **Urbanização corporativa vista pelo avesso:** periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. Tese. Unicamp, Campinas, 2020. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/346710>

\_\_\_\_\_. O pacto contra violência doméstica na comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): vitórias efêmeras. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 233-252, Abr. 2021a. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5009>

\_\_\_\_\_. Ocupações de terras urbanas e desigualdades de gênero: A cartografia da luta pelo lugar. **Revista da ANPEGE**. v. 17. n° 32, p. 173-194, 2021b.

ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**. 17, CEEA, Universidade Candido Mendes, set, 1989.

ROSSINI, R. E. As geografias da modernidade – Geografia e gênero – Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 12, p. 7-26, 1998.

\_\_\_\_\_. **Gênero e Geografia:** a modernidade tecnológica na agroindústria canavieira na macroárea de Ribeirão Preto (SP) – 1977-2013, **ABEP**, 2014. 12f.

SABATÉ, A.; *et al.* **Mujeres, Espacio y Sociedad.** Hacia una Geografía del Género. Madrid: Síntesis, 1995.



SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008 [1993].

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 2013 [1994].

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.

SIMÕES, G.; CAMPOS, M.; RAFAEL, R. **MTST: 20 anos de história – luta, organização e esperança das periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, A. **Expansão urbana e formação dos territórios da pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antônio Prado (1887)**. Tese. Ciências Sociais. UFSCAR, São Carlos, 2008. 274p.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.